



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo B, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Redação Oficial

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e a proposta de redação oficial.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Dezembro/2005

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Por que não gosto de eleições

Gosto da democracia em seu exercício cotidiano e concreto. Prezo a discussão numa associação de moradores de vila para discutir se é melhor pedir mais postes de luz ou asfalto na rua central. Aprecio uma reunião de condomínio em que uma senhora idosa e sozinha defende seu cachorrinho contra a mãe de uma criança asmática e alérgica aos pêlos de animais. Em ambos os casos, sinto carinho pelo esforço de inventar formas possíveis de convivência.

Ultrapassamos o tamanho das comunas medievais, e hoje um governo democrático só pode ser representativo: as eleições são inevitáveis. Mas não me digam que elas são a melhor expressão da democracia.

A retórica eleitoral parece implicar inelutavelmente duas formas de desrespeito, paradoxais por serem ambas inimigas da invenção democrática.

Há o desrespeito aos eleitores, que é implícito na simplificação sistemática da realidade. Tanto as promessas quanto a crítica às promessas dos adversários se alimentam numa insultuosa infantilização dos votantes: “Nós temos razão, o outro está errado; solucionaremos tudo, não há dúvidas nem complexidade; entusiasmemo-nos”.

E há o desrespeito recíproco entre os candidatos. As reuniões de moradores de vila ou de condomínio não poderiam funcionar se os participantes se tratassem como candidatos a um mesmo cargo eleitoral. Paradoxo: o processo eleitoral parece ser o contra-exemplo da humildade necessária para o exercício da democracia que importa e que deveria reger as relações básicas entre cidadãos – a democracia concreta.

Em 1974, na França, Mitterrand, socialista, concorria à Presidência com Giscard d’Estaing, centrista. Num debate decisivo, Mitterrand falava como se ele fosse o único a enternecer-se ante o destino dos pobres e deserdados. Giscard retrucou: “Se-nhor Mitterrand, o senhor não detém o monopólio do coração”. Cansado de simplificações, o eleitorado gostou, e Mitterrand perdeu.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. A justificativa do autor para não gostar de eleições expressa-se pelo fato de que, nas eleições,
 - (A) o exercício democrático revela-se custoso e complexo, tornando inviáveis as decisões mais justas e mais simples.
 - (B) ocorre uma disputa em princípio democrática, na qual, contraditoriamente, os adversários desrespeitam a base mesma da democracia.
 - (C) são feitas promessas cujo cumprimento dependeria da suspensão, ainda que momentânea, dos direitos individuais.
 - (D) os interesses dos candidatos, mercê do antagonismo de suas propostas, acabam por se sobrepor aos interesses partidários.
 - (E) as hostilidades entre os candidatos levam-nos a acirrar a argumentação política, em vez de buscarmos um consenso entre suas propostas.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Os exemplos da discussão entre moradores de uma vila e da reunião de condomínio ilustram situações em que não há conflito de interesses.
- II. Tanto são inevitáveis as eleições, numa democracia, como é rotineiro o uso da boa retórica, que torna convincentes os argumentos de quem as disputa.
- III. O duplo desrespeito, a que se refere o autor, atinge tanto os sujeitos da retórica de campanha como os receptores para os quais ela se produz.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. No contexto do segundo parágrafo, é correta a inferência de que
 - (A) nas comunas medievais não se impôs a necessidade de eleições representativas.
 - (B) nas comunas medievais não havia a menor possibilidade de práticas democráticas.
 - (C) as eleições representativas são inevitáveis, constituindo a finalidade da democracia.
 - (D) o aperfeiçoamento democrático deve-se à experiência das comunas medievais.
 - (E) toda prática democrática se deve ao caráter representativo das eleições.

<p>4. Em sua réplica no debate entre candidatos à Presidência da França, o candidato Giscard d'Estaing</p> <p>(A) manifestou seu despreço pelo destino dos pobres e deserdados.</p> <p>(B) demonstrou grandeza política, ao acatar as razões de seu oponente.</p> <p>(C) expressou sua relutância em abordar um tema de natureza social.</p> <p>(D) expôs o exclusivismo do discurso do candidato socialista.</p> <p>(E) denunciou a inexequibilidade das promessas de seu rival.</p>	<p>7. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Giscard contrapôs às falas de Mitterrand a impressão de que este se pronunciava como se detera o monopólio do coração.</p> <p>(B) A mãe entrevistou na discussão, alegando que seu filho era alérgico a pêlos de animais – razão pela qual se indispusera com a dona do cachorrinho.</p> <p>(C) O autor afirma que sempre se comprazeu em participar de reuniões em que todos envidam esforços na busca de soluções conciliatórias.</p> <p>(D) Se condissessem com a verdadeira prática democrática, as campanhas eleitorais não dariam lugar ao discurso que inclui arrogância na argumentação.</p> <p>(E) Caso Mitterrand contesse o ímpeto de sua fala, não houvera de argumentar com tamanha simplificação e tão visível autoritarismo.</p>
<p>5. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Não costumam ocorrer, em reuniões de gente interessada na discussão de um problema comum, conflitos que uma boa exposição dos argumentos não possam resolver.</p> <p>(B) Quando há desrespeito recíproco, as razões de cada candidato, mesmo quando justas em si mesmas, acaba por se dissolverem em meio às insolências e aos excessos.</p> <p>(C) O maior dos paradoxos das eleições, de acordo com as ponderações do autor, se verificariam nos caminhos nada democráticos que se trilha para defender a democracia.</p> <p>(D) Quando se torna acirrado, nos debates eleitorais, o ânimo dos candidatos envolvidos, é muito difícil apurar de quem provém os melhores argumentos.</p> <p>(E) Insatisfeitos com o tom maniqueísta e autoritário de que se valem os candidatos numa campanha, os eleitores franceses escolheram o que lhes pareceu menos insolente.</p>	<p>8. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) O autor preza a discussão <u>à qual</u> se envolvem os moradores de um condomínio, quando os anima a aspiração <u>de um</u> consenso.</p> <p>(B) A frase de Mitterrand <u>na qual</u> se arremeteu o candidato Giscard não representava, de fato, uma posição <u>com a qual</u> ninguém pudesse discordar.</p> <p>(C) A frase <u>de cujo</u> teor Giscard discordou revelava, de fato, o sentimento de superioridade <u>do qual</u> o discurso de Mitterrand era uma clara manifestação.</p> <p>(D) Os candidatos <u>em cujos</u> argumentos são fracos costumam valer-se da oposição entre o certo e errado <u>à qual</u> se apoiam os maniqueístas.</p> <p>(E) O comportamento dos condôminos <u>cujas</u> a disposição é o consenso deveria servir de exemplo ao dos candidatos <u>que seu</u> único interesse é ganhar a eleição.</p>
<p>6. NÃO é possível a transposição para a voz passiva do segmento sublinhado da frase:</p> <p>(A) <u>Aprecio uma reunião</u> em que há o esforço de inventar possíveis de convivência.</p> <p>(B) O processo eleitoral <u>parece ser o desmentido</u> da humildade necessária para o exercício da democracia.</p> <p>(C) Mitterrand <u>perdeu as eleições</u> por conta de uma declaração infeliz.</p> <p>(D) As reuniões de moradores <u>não obteriam êxito</u> caso eles agissem como candidatos numa eleição.</p> <p>(E) As promessas mirabolantes e a retórica vazia <u>vêm alimentando o discurso</u> da maioria dos candidatos.</p>	<p>9. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Mais se respeitasse a democracia, mais se deveria lutar contra as falácias dos discursos dos candidatos.</p> <p>(B) O que tem ficado implícito na simplificação sistemática da realidade foi o desrespeito aos eleitores que a prezassem.</p> <p>(C) Não houvéssemos ultrapassado as dimensões das comunas medievais, poderemos ter decisões que não dependeriam do sistema representativo.</p> <p>(D) Vindo a ocorrer a insultuosa infantilização dos votantes, reagissem estes, negando-se a votar em quem os subestimava.</p> <p>(E) Seria possível que chegassem a um acordo a dona do cachorrinho e a mãe da criança asmática, desde que se disponham a ponderar a razão de cada uma.</p>

<p>10. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras na frase:</p> <p>(A) Há discussões que chegam a um tal estado de paradoxismo que fica improvável alguma solução que se adeque à expectativa dos contendores.</p> <p>(B) Os candidatos, em suas altercalções num debate, costumam dissimular mais injúrias um contra o outro do que esclarecimentos ao eleitorado.</p> <p>(C) A democracia, por vezes, constitui uma espécie de campo de provas que poucos candidatos estão habilitados a cruzar preservando sua dignidade.</p> <p>(D) Se os eleitores fossem mais atentos à inépsia dos candidatos, não se deixariam envolver por tudo o que há de falascioso nos discursos de campanha.</p> <p>(E) Crêem muitos que há obsolescência na democracia, conquanto ninguém se arvore em profeta de algum outro regime que pudesse ser mais bem sucedido.</p>	<p>13. <i>A retórica eleitoral parece implicar inelutavelmente duas formas de desrespeito.</i></p> <p>O sentido essencial da frase acima mantém-se nesta outra construção igualmente correta:</p> <p>(A) Duas formas de desrespeito parecem estar indissociavelmente ligadas à retórica eleitoral.</p> <p>(B) É inapelável deixar de implicar na retórica eleitoral esses dois tipos de desrespeito.</p> <p>(C) São duas formas de desrespeito que parecem se eximir, infelizmente, de uma retórica eleitoral.</p> <p>(D) Parece que essas duas formas de desrespeito redundam infalivelmente a uma retórica eleitoral.</p> <p>(E) Inclui-se duas formas de desrespeito incontornável ao que em princípio parece retórica eleitoral.</p>
<p>11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Toda a vez em que se simplifica dados da realidade, a mesma adquire com matizes de preto e branco um aspecto esquemático haja em vista aquela simplificação.</p> <p>(B) O eleitorado francês percebeu que na frase de Mitterrand, contestada por Giscard, havia a arrogância de quem se anuncia como salvador dos humilhados e ofendidos.</p> <p>(C) O autor diz que é um pressuposto haver humildade por parte de quem se diz democrata, cujo exercício deve abrir para o debate e manter atenção com a fala do outro.</p> <p>(D) Na medida que se infantiliza os eleitores, e se trata uma realidade em preto e branco para ser mais inteligível, promovemos uma simplificação sem qualquer dúvida.</p> <p>(E) Ao reconhecer na democracia que ela tem seus próprios méritos, nem por isso o autor deixa de lhes explorar seus aspectos negativos das campanhas dos candidatos em que ela se denigre.</p>	<p>14. Gosto da democracia, <u>pratico a democracia</u>, respeito os fundamentos que <u>mantêm em pé a democracia</u>, mas nada disso me impede de <u>associar a democracia</u> às campanhas eleitorais, que <u>negam a democracia</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por</p> <p>(A) a pratico – mantêm-na em pé – lhe associar – a negam</p> <p>(B) pratico-a – a mantêm em pé – associar-lhe – negam ela</p> <p>(C) a pratico – mantêm ela em pé – a associar – lhe negam</p> <p>(D) pratico-a – a mantêm em pé – associá-la – a negam</p> <p>(E) pratico-a – lhe mantêm em pé – a associar – negam-lhe</p>
<p>12. <i>Ultrapassamos o tamanho das comunas medievais, e hoje um governo democrático só pode ser representativo: as eleições são inevitáveis.</i></p> <p>Mantém-se o sentido da frase acima caso se substitua a expressão sublinhada por</p> <p>(A) ainda que.</p> <p>(B) a fim de que.</p> <p>(C) a partir do que.</p> <p>(D) muito embora.</p> <p>(E) tendo em vista que.</p>	<p>15. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Implícito na simplificação sistemática da realidade, está o desrespeito aos eleitores, que são o alvo costumeiro, da retórica eleitoral.</p> <p>(B) É lamentável que candidatos socialistas, a exemplo de Mitterrand, se deixem levar pela convicção de que, em nosso mundo tão complexo, o messianismo faça sentido.</p> <p>(C) As fórmulas simplificadoras são: se eu estou certo o senhor está errado; somente eu, tenho a solução, entusiasmem-se pois comigo.</p> <p>(D) Quando se reúnem, os moradores de vila costumam discutir, tanto os problemas que os afligem como as soluções que devem brotar, dessa discussão.</p> <p>(E) No caso da mãe da criança asmática e da velha senhora, que defende seu cachorrinho, há o dilema, de se saber qual delas sairá da reunião, profundamente compungida.</p>

16. *Se ouvíssemos dizer dos Orientais que eles têm o costume de beber um licor que lhes sobe à cabeça, faz perder a razão e os obriga a vomitar, diríamos: “Que coisa de bárbaros”.*

(La Bruyère)

Com a hipótese levantada na frase acima, La Bruyère mostra que

- (A) o preconceito nos torna cegos para nós mesmos.
- (B) um defeito não deve nunca ser relativizado.
- (C) queremos que sejam nossas as qualidades do outro.
- (D) é difícil admitir a virtude em quem admiramos.
- (E) não se deve subestimar a fraqueza dos outros.

17. O verbo entre parênteses deverá ser flexionado, obrigatoriamente, numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Mesmo que não (**cab**er) a vocês tomar a decisão final, gostaria que discutissem bem esse assunto.
- (B) Eles sabiam que (**urg**ir) chegarem à pousada, mas não conseguiram evitar o atraso.
- (C) A nenhum de vocês (**comp**etir) decidir quem será o novo líder do grupo.
- (D) Tais decisões não (**val**er) a pena tomar assim, de afogadilho.
- (E) A apenas um dos candidatos (**rest**ar) ainda alguns minutos para rever a prova.

18. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Continuamos a avaliar seria melhor se você desistisse da eleição.
- (B) A fonte saciará nossa sede fica no alto daquela encosta.
- (C) Há sonhos é impossível se desviar, quando se pensa no futuro.
- (D) Todos os momentos devaneamos ficaram impressos na minha memória.
- (E) Dos livros me ative nos últimos dias, apenas dois têm grande valor.

19. É preciso corrigir a redação da seguinte frase:

- (A) Quando se chega a resultados como estes, há que se pensar num reajuste dos parâmetros em que baseamos os nossos cálculos.
- (B) Os casamentos vêm ocorrendo entre pessoas cada vez menos jovens, o que talvez revele uma preocupação crescente com a assunção desse compromisso.
- (C) Na televisão norte-americana, a cobertura da guerra no Iraque foi manifestamente patriótica: os repórteres da Fox pareciam liderar a torcida em favor das tropas invasoras.
- (D) As conseqüências que advirem da escolha pela qual você optou, são de sua responsabilidade, além do mais porque lhe advertimos sobre os riscos envolvidos.
- (E) Os bons psicoterapeutas ensinam que, em vez de uma pessoa querer ser outra, é mais interessante que ela busque inventar o que pode fazer com o que já é.

20. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Decidi contar com você.
- II. Você traiu minha confiança.
- III. Dou-lhe nova oportunidade para provar que é meu amigo.

As afirmações acima estão articuladas de modo coerente e correto na frase:

- (A) Como quero lhe dar uma nova oportunidade para provar que é meu amigo, já que decidi contar com você, apesar de você ter traído minha confiança.
- (B) Você traiu minha confiança; foi onde decidi contar com você, embora lhe dê uma nova oportunidade para provar que é meu amigo.
- (C) Dou-lhe uma nova oportunidade para que prove que é meu amigo, pois você traiu minha confiança conquanto decidi contar com você.
- (D) Decidi contar com você, sendo que você traiu minha confiança, ainda que lhe dê nova oportunidade para provar que é meu amigo.
- (E) Dou-lhe uma nova oportunidade para provar que é meu amigo, muito embora você tenha traído minha confiança quando decidi contar com você.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
DIREITO ADMINISTRATIVO

21. É considerada diferença, dentre outras, entre a sociedade de economia mista e a empresa pública,
- (A) a sua forma de organização.
 - (B) a criação e extinção por lei.
 - (C) a sua sujeição ao controle estatal.
 - (D) o desempenho de atividade econômica.
 - (E) sua personalidade jurídica.

22. No que se refere ao poder de polícia considere:
- I. A obrigatoriedade de observar determinado recuo de uma construção.
 - II. A restrição a determinados servidores públicos obrigando-os a trabalhar de uniforme.
- Tais situações estão fundamentadas, respectivamente, em
- (A) um vínculo especial e geral.
 - (B) um vínculo geral e especial.
 - (C) uma atividade repressiva e preventiva.
 - (D) uma atividade preventiva e repressiva.
 - (E) normas processuais penais e administrativas.

23. Observe os atos administrativos abaixo:
- I. A apreciação das concessões iniciais de aposentadoria e pensões outorgadas pelo Poder Executivo para lhe dar eficácia.
 - II. A transferência, a certos particulares, da execução dos serviços de transporte coletivo.
 - III. O reconhecimento aos particulares, que preencham os requisitos legais, do direito à prestação de um serviço público, a exemplo da educação em escolas públicas.
- Os atos acima, dizem respeito, respectivamente,
- (A) à concessão, à permissão e à homologação.
 - (B) à aprovação, à autorização e ao provimento.
 - (C) à homologação, à permissão e à admissão.
 - (D) ao visto, à concessão e à aprovação.
 - (E) ao despacho, à portaria e à licença.

24. É correto afirmar que o poder disciplinar
- (A) diz respeito ao de dar ordens aos subordinados, que implica o dever de obediência para estes últimos, salvo para as ordens ilegais.
 - (B) cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades, a exemplo da multa, reclusão e detenção.
 - (C) é correlato com o poder hierárquico, motivo pelo qual confundem-se, e abrange a sanção imposta a particular não sujeito à disciplina da Administração.
 - (D) é discricionário em relação a certas infrações que a lei não define, sendo que a aplicação da pena disciplinar tem para o superior hierárquico o caráter de poder-dever.
 - (E) nos casos de pública e notória prova, certas penalidades podem ser aplicadas sem prévia apuração ou procedimento formal.

25. As proibições aos servidores públicos consistentes na coação de subordinados a filiarem-se a associação profissional, e o procedimento de forma desidiosa, sujeitam seus autores à pena disciplinar, respectivamente, de
- (A) destituição e suspensão até 90 dias.
 - (B) suspensão até 60 dias e repreensão.
 - (C) exoneração e advertência.
 - (D) demissão e disponibilidade.
 - (E) advertência por escrito e demissão.

26. Em matéria de contratos administrativos considere:
- I. É pressuposto de aplicabilidade da teoria da imprevisão, dentre outros, uma interferência previsível, mas de conseqüências incalculáveis.
 - II. Eventos supervenientes e imprevisíveis que possam influir sobre qualquer dos aspectos pactuados autorizam a revisão do contrato.
 - III. O fato do príncipe se confundir com o fato da administração, visto que incluindo diretamente sobre o contrato sempre suspendem sua execução.
 - IV. O cumprimento do contrato ocorre simplesmente com a conclusão da obra ou do serviço, caso em que as partes ficam desoneradas de suas responsabilidades.

Nesses casos são corretos SOMENTE

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. O Tribunal Superior do Trabalho, cujos membros são escolhidos dentre brasileiros, compor-se-á de:
- (A) vinte e um Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de exercício na entrância, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (B) vinte e um Ministros, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (C) vinte e um Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional, sendo um terço dentre advogados com mais de dez anos de inscrição na OAB e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos na entrância, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais.
 - (D) vinte e sete Ministros, com mais de trinta e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional, sendo um terço dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais.
 - (E) vinte e sete Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

<p>28. Observe as assertivas abaixo.</p> <p>I. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que a requeiram.</p> <p>II. Os cargos da carreira diplomática, de Senador, Governador, de oficial das Forças Armadas e de Vice-Presidente da República, são privativos de brasileiro nato.</p> <p>III. Será declarada a perda de nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo que reconhecida a nacionalidade originária pela lei estrangeira.</p> <p>IV. Os símbolos do Brasil são a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terem seus próprios símbolos.</p> <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>31. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de</p> <p>(A) Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(B) Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(C) Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá, exclusivamente, a remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(D) Deputado Federal, não havendo compatibilidade de horários, será afastado e perceberá as vantagens do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(E) Deputado Estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, vedada a contagem do seu tempo de serviço para promoção por antiguidade, salvo por merecimento.</p>
<p>29. A idade mínima estabelecida na Constituição Federal como condição para a elegibilidade de candidato a Senador, Governador, Deputado Federal e Prefeito, respectivamente, é de</p> <p>(A) 35 (trinta e cinco), 30 (trinta), 21 (vinte e um) e 21 (vinte e um) anos de idade.</p> <p>(B) 35 (trinta e cinco), 30 (trinta), 18 (dezoito) e 18 (dezoito) anos de idade.</p> <p>(C) 30 (trinta), 35 (trinta e cinco), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos de idade.</p> <p>(D) 30 (trinta), 35 (trinta e cinco), 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.</p> <p>(E) 30 (trinta), 30 (trinta), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos de idade.</p>	<p>32. Dentre outros direitos sociais previstos na Constituição Federal para os trabalhadores urbanos e rurais, assegura-se a</p> <p>(A) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, vedada a compensação de horários e redução da jornada.</p> <p>(B) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 10 anos de idade em creches e pré-escolas.</p> <p>(C) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.</p> <p>(D) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, com acréscimo salarial, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.</p> <p>(E) participação nos lucros, ou resultados, vinculados à remuneração, salvo participação na gestão da empresa.</p>
<p>30. A organização político-administrativa do Brasil, veda</p> <p>(A) a transformação de Territórios Federais em Estado ou a sua reintegração ao Estado.</p> <p>(B) o desmembramento e a fusão de municípios através de leis municipais.</p> <p>(C) a subdivisão de Estados para formarem Territórios Federais.</p> <p>(D) a reintegração dos Territórios Federais ao Estado de origem.</p> <p>(E) o desmembramento de Estados para se anexarem a outros ou formarem novos Estados.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>33. No que se refere à prescrição prevista no Código Civil brasileiro é correto afirmar que</p> <p>(A) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor suspenderá a prescrição.</p> <p>(B) deve o juiz de ofício conhecer da prescrição, quando estabelecida em lei.</p> <p>(C) a exceção prescreve em prazo diferente do prazo que prescreve a pretensão.</p> <p>(D) a interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.</p> <p>(E) a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.</p>

<p>34. O Código Civil brasileiro estabelece que, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são</p> <p>(A) transmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p> <p>(B) intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p> <p>(C) transmissíveis e renunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p> <p>(D) intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p> <p>(E) transmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.</p>	<p>38. Quanto à responsabilidade civil, pode-se afirmar que</p> <p>(A) o dono, ou detentor, de animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se provar culpa da vítima ou força maior.</p> <p>(B) o juiz não poderá reduzir equitativamente a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.</p> <p>(C) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.</p> <p>(D) aquele que habitar prédio só responde pelo dano proveniente de coisas que dele forem lançadas em lugar indevido, se tiver agido com dolo ou culpa.</p> <p>(E) o Código Civil brasileiro estabelece que em nenhuma hipótese haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa.</p>
<p>35. Em relação ao contrato de empreitada previsto no Código Civil brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) O contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo ou de fiscalizar-lhe a execução.</p> <p>(B) Se o empreiteiro só forneceu a mão-de-obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.</p> <p>(C) Suspensa a execução da empreitada sem justa causa, não responderá o empreiteiro por perdas e danos.</p> <p>(D) A morte de qualquer das partes sempre acarreta na extinção o contrato de empreitada.</p> <p>(E) Não poderá o empreiteiro suspender a obra por culpa do dono ou por motivo de força maior.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO DO TRABALHO</p> <p>39. Comparando-se os contratos de trabalho urbano e doméstico, para a mulher é correto afirmar que</p> <p>(A) ambas as trabalhadoras têm acesso à garantia de emprego por gravidez, mas para a doméstica o período é de quatro meses.</p> <p>(B) apenas a trabalhadora doméstica tem direito à licença de gravidez, de noventa dias, desde que se encontre empregada e registrada.</p> <p>(C) ambas as trabalhadoras têm direito à licença gestante, mas a doméstica deverá comprovar o não recebimento do seguro desemprego no período da gestação.</p> <p>(D) quaisquer das trabalhadoras têm direito à licença gestante, mas a doméstica não faz jus à garantia de emprego.</p> <p>(E) apenas se a doméstica gozar da licença gestante, terá acesso à garantia constitucional de emprego.</p>
<p>36. Considere as hipóteses:</p> <p>I. Erro, dolo ou coação.</p> <p>II. Objeto impossível.</p> <p>III. Estado de perigo ou lesão.</p> <p>IV. Objeto indeterminável.</p> <p>V. Objetivo de fraudar lei imperativa.</p> <p>São casos de nulidade do negócio jurídico, dentre outras, as indicadas SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	<p>40. Existindo comissão de conciliação prévia para a categoria do trabalhador, nos termos da Lei 9958/2000, o interessado</p> <p>(A) deverá procurá-la antes de ajuizar reclamação trabalhista, desde que a matéria de sua reclamação seja de caráter administrativo.</p> <p>(B) só poderá ajuizar reclamação trabalhista depois de tentar o acordo perante a comissão de conciliação prévia.</p> <p>(C) poderá escolher se reclama perante a comissão ou se ocorre diretamente ao J. udiciário.</p> <p>(D) deverá fazer o acordo perante a comissão prévia, reclamando na J. usça do Trabalho apenas os direitos que não alcançou na transação espontânea.</p> <p>(E) poderá, ao mesmo tempo, reclamar perante a comissão e a J. usça do Trabalho.</p>
<p>37. Em matéria de contratos em geral, pode-se afirmar que</p> <p>(A) os contratantes são obrigados a guardar os princípios da probidade e da boa fé na conclusão, mas não na execução do contrato.</p> <p>(B) de acordo com o Código Civil brasileiro, pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.</p> <p>(C) no contrato de adesão, as cláusulas ambíguas serão interpretadas segundo o uso e os costumes locais, independentemente da condição da parte.</p> <p>(D) o Código Civil brasileiro não permite que as partes estipulem contratos atípicos, mesmo com observância das normas gerais nele estabelecidas.</p> <p>(E) a função social do contrato limita a liberdade que têm as partes de contratar.</p>	<p>41. O trabalho desenvolvido por pessoa natural, na arrumação da casa, em proveito de unidade familiar que tenha residência fixa em área rural, caracteriza contrato</p> <p>(A) doméstico.</p> <p>(B) de trabalho urbano, da modalidade doméstica.</p> <p>(C) doméstico, da modalidade esporádica.</p> <p>(D) de trabalho rural.</p> <p>(E) de trabalho urbano, se o contratante exercer atividade remunerada em área urbana.</p>

42. Não concedidas no prazo de doze meses a partir do período aquisitivo, as férias do trabalhador urbano e não doméstico
- (A) terão menos de trinta dias.
 - (B) deverão ser fixadas pelo Juiz, independentemente da vontade do empregador.
 - (C) serão fixadas pelo Juiz, se a fiscalização do trabalho autuar o empregador.
 - (D) terão sessenta dias de duração.
 - (E) deverão ser pagas em dobro.

43. Se a empregada urbana descobrir-se grávida nos últimos dias do contrato de experiência, o empregador
- (A) poderá rescindir o contrato, desde que pague a ela o equivalente à licença gestante.
 - (B) não poderá rescindir o contrato no termo da experiência.
 - (C) poderá rescindir o contrato no termo da experiência, desde que a empregada dê justo motivo para tanto.
 - (D) poderá, sem qualquer restrições, rescindir o contrato, no termo do período de experiência.
 - (E) deverá conceder aviso prévio de 120 dias, para compensar a licença gestante.

44. Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho por culpa recíproca,
- (A) o aviso prévio é devido pela metade.
 - (B) a indenização sobre a conta do FGTS deverá ser de 20% .
 - (C) a indenização de 40% do FGTS é devida por ambas as partes.
 - (D) inexistente direito a qualquer indenização por parte do empregado.
 - (E) férias proporcionais são devidas à razão de metade dos dias faltantes para a complementação do período concessivo.

45. Existindo convenção coletiva de trabalho que estabeleça adicional de horas extraordinárias de 45% para a primeira hora depois da jornada ordinária e de 75% para as demais, o empregador deverá pagar, para o trabalhador que cumprir 3 horas extraordinárias num mesmo dia
- (A) 45% para a primeira, 50% para as demais.
 - (B) 45% para a primeira, 75% para as demais.
 - (C) 50% para a primeira, 75% para as demais.
 - (D) 45% para a primeira, 50% para a segunda e 75% para as demais.
 - (E) 50% para todas as horas extraordinárias, nos termos da Constituição da República.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

46. As normas aplicáveis à execução trabalhista, na ordem de preferência legal de sua aplicação são:
- (A) Consolidação da Leis do Trabalho, Código de Processo Civil, Lei dos Executivos Fiscais da Fazenda Nacional (Lei 6830/80).
 - (B) Código Civil, Consolidação das Leis do Trabalho, Código de Processo Civil.
 - (C) Lei dos Executivos Fiscais da Fazenda Nacional (Lei 6830/80), Lei de Custas, Código de Processo Civil.
 - (D) Consolidação das Leis do Trabalho, Lei dos Executivos Fiscais da Fazenda Nacional (Lei 6830/80), Código de Processo Civil.
 - (E) Lei dos Executivos Fiscais da Fazenda Nacional (Lei 6830/80), Consolidação das Leis do Trabalho, Código de Processo Civil.

47. São matérias afetas à competência da Justiça do Trabalho:
- (A) reclamações trabalhistas, ações de representação sindical, direito do consumo.
 - (B) conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, mandado de segurança em matéria de relações do trabalho, execuções fiscais de multas aplicadas pela fiscalização do trabalho.
 - (C) mandados de injunção em matéria trabalhista, *habeas corpus* contra decisão de juiz do trabalho, ação de reparação de danos patrimoniais decorrentes de contrato de mútuo.
 - (D) ações decorrentes das relações do trabalho, ação penal trabalhista, *habeas data* quando a autoridade coatora for o Ministro da Justiça.
 - (E) ações de reparação de danos morais decorrentes de acidente de trabalho, ações acidentárias, ações de representação sindical.

48. A notificação das partes no processo do trabalho, segundo a C.L.T., deve ser feita
- (A) sempre por correio, mesmo havendo recusa do destinatário.
 - (B) por correio e, havendo recusa, por edital.
 - (C) por correio e, havendo recusa, por oficial de justiça.
 - (D) por correio e, havendo recusa, por hora certa.
 - (E) por oficial de justiça e, havendo recusa, por edital.

49. São requisitos da petição inicial trabalhista, segundo o regulamento da C. L. T., dentre outros:
- (A) autoridade destinatária, fundamentos jurídicos e pedidos.
 - (B) autoridade destinatária, fatos, requerimento de provas e pedidos.
 - (C) qualificação das partes, breve relato dos fatos em que se funda a lide e pedidos.
 - (D) autoridade destinatária, qualificação das partes e requerimento de citação do réu.
 - (E) qualificação das partes, valor da causa e fundamentos jurídicos da pretensão.

50. Em embargos do devedor, a parte executada pode, nos termos da C.L.T., apresentar como matéria de sua defesa SOMENTE

- (A) exceção de incompetência material, transação, pagamento da dívida ou prescrição da ação principal.
- (B) decadência do direito de executar a sentença, pagamento da dívida ou ilegitimidade do exequente.
- (C) cumprimento da decisão ou do acordo, novação ou incompetência do Juízo prolator da sentença exequenda.
- (D) exceção de pré-executividade, cumprimento do acordo ou pagamento da dívida.
- (E) cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

51. No procedimento sumaríssimo da Justiça do Trabalho, as causas até quarenta salários mínimos deverão

- (A) ser sempre aforadas por advogado.
- (B) apresentar valor certo para cada um dos pedidos e requerimento das provas a serem realizadas.
- (C) indicar apenas o correto endereço do réu, sendo vedada a citação por correio.
- (D) apresentar valor certo para cada um dos pedidos e indicar o endereço correto do réu.
- (E) ser sempre apresentadas verbalmente.

52. O empregado contratado em João Pessoa, para prestar serviços em Sergipe, a empregador que promova atividades fora do local do contrato, poderá apresentar sua reclamação trabalhista

- (A) apenas em João Pessoa.
- (B) apenas em Sergipe.
- (C) em qualquer das Varas do Trabalho da 13ª Região, de preferência a que fique mais próxima a seu domicílio.
- (D) apenas na Vara do Trabalho da sede da empresa.
- (E) em João Pessoa ou em Sergipe.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

53. Com relação ao Ministério Público é certo que

- (A) ele exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- (B) não lhe compete intervir nas causas concernentes ao estado das pessoas.
- (C) intervindo como fiscal da Lei ele poderá juntar documentos e certidões, mas não poderá produzir provas em audiência.
- (D) quando a lei considerar obrigatória sua intervenção a parte promover-lhe-á a intimação sob penal de extinção do processo com julgamento de mérito.
- (E) este órgão, em qualquer hipótese, não será civilmente responsável.

54. Considere as seguintes assertivas sobre os atos processuais:

- I. A desistência da ação produzirá efeito imediato independentemente da ocorrência de homologação por sentença.
- II. A utilização do vernáculo é facultativa em todos os atos e termos do processo.
- III. O prazo estabelecido na lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I
- (B) III
- (C) I e II
- (D) I e III
- (E) II e III

55. Tendo em vista a resposta do réu, no procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil é correto afirmar que

- (A) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obstará o prosseguimento da reconvenção.
- (B) a reconvenção será oferecida posteriormente ao oferecimento da contestação, obedecendo-se o prazo legal.
- (C) o recebimento da exceção de incompetência, de impedimento ou de suspeição não suspenderá o processo.
- (D) pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- (E) quando houver pluralidade de réus, se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.

56. Segundo a ordem estabelecida pelo Código de Processo Civil brasileiro, na audiência de instrução e julgamento, a inquirição das testemunhas do autor ocorrerá logo após

- (A) o depoimento pessoal do réu.
- (B) o depoimento pessoal do autor.
- (C) o perito responder os quesitos de esclarecimentos.
- (D) a inquirição da última testemunha arrolada pelo réu.
- (E) os assistentes técnicos responderem os quesitos de esclarecimentos.

57. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que

- (A) julga a liquidação de sentença.
- (B) homologa a divisão ou demarcação.
- (C) exonera prestação alimentícia.
- (D) confirma a antecipação dos efeitos da tutela.
- (E) decide o processo cautelar.

58. No que se refere à capacidade processual é correto afirmar que
- (A) as sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
 - (B) a participação do cônjuge do autor ou do réu, nas ações possessórias, é dispensável nos casos de comosse.
 - (C) a herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu inventariante.
 - (D) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
 - (E) a massa falida será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu curador.

59. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa. Com relação às provas é certo que
- (A) a carta precatória e a carta rogatória não devolvidas dentro do prazo, ou concedidas sem efeito suspensivo, poderão ser juntadas aos autos até o julgamento final.
 - (B) o ônus da prova incumbe ao autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.
 - (C) o ônus da prova incumbe ao réu, quanto ao fato constitutivo do direito do autor.
 - (D) é permitida a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando recair sobre direito indisponível da parte.
 - (E) dependem de prova os fatos notórios, bem como os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

60. Se o juiz verificar que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende ou complete no prazo de
- (A) 15 (quinze) dias.
 - (B) 10 (dez) dias.
 - (C) 5 (cinco) dias.
 - (D) 3 (três) dias.
 - (E) 48 (quarenta e oito) horas.

REDAÇÃO OFICIAL

Tendo em vista a inauguração da nova sede do TRT, prevista para o próximo mês, redija, **em nome do Analista Judiciário José Brasileiro da Mata**, um OFÍCIO dirigido ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, informando-o da cerimônia e solicitando sua presença.

ATENÇÃO:

1. Deverá haver total respeito à estrutura exigida por esse tipo de texto.
2. O texto deverá ter a extensão mínima adequada a essa modalidade.

